



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681457 - SP (2021/0227279-5)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : ALEXANDRE AUGUSTO FERREIRA DUTRA - SP256484
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOSE FERREIRA DA COSTA JUNIOR
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSÉ FERREIRA DA COSTA JUNIOR em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado de Execução Penal n. 0005617-16.2021.8.26.0224).

O paciente foi condenado ao cumprimento de 02 anos e 08 meses de reclusão, em regime aberto como incurso no artigo 155, §§ 1º e 4º, III e IV, do Código Penal. Em razão do descumprimentos das condições do regime aberto foi determinado que se interrompesse o cálculo do cumprimento da pena no período em que não houve comparecimento.

A impetrante sustenta que foram cumpridas todas as condições do regime aberto, com a extinção da pena, exceto o comparecimento em Juízo, inviabilizado pela pandemia, circunstância não imputável ao paciente.

Requer, liminarmente, que o paciente seja mantido em regime aberto até o julgamento final do presente *writ*. No mérito, pleiteia a concessão da ordem para que seja restabelecida a decisão de primeiro grau que julgou extinta a pena pelo integral cumprimento.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, até porque, do voto do relator se extrai:

No caso, o agravante descumpriu pelo menos uma das condições que lhe foram impostas no regime aberto, pois deixou de comparecer em juízo no prazo assinalado; portanto, cometeu falta grave. Além disso, não ofereceu nenhuma justificativa plausível para tanto e sequer se apresentou à Defensoria Pública, encontrando-se em lugar incerto e não sabido.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da

matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência